

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**ALGUNS ASPECTOS DA CULTURA E SUAS INTERRELAÇÕES COM  
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Greice Lisian Folk Fonseca**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

# **A CULTURA E SUAS INTERRELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Greice Lisian Folk Fonseca**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do grau de  
**Especialista em Educação Ambiental.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Thielen Merck**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Ciências Rurais**  
**Curso de Especialização em Educação Ambiental**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**A CULTURA E SUAS INTERRELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL**

Elaborada por

**Greice Lisian Folk Fonseca**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em Educação Ambiental**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Ana Maria Thielen Merck, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
Presidente/Orientadora

**Marcelo Barcelos da Rosa, Dr. (UFSM)**

**Damaris Kirsch Pinheiro, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, RS, 31 de janeiro de 2013.

## AGRADECIMENTOS

À sociedade brasileira, pela possibilidade valiosa de frequentar uma escola e uma universidade pública, durante toda minha vida, o que permitiu meu crescimento profissional, mas também pessoal.

A minha orientadora, professora Ana Maria, que me apoiou nas ideias mais desafiadoras e me ajudou a conciliar carreira e maternidade.

À Comissão Examinadora, pela paciência e compreensão nestes meses tribulados.

À minha nova família, Charles e Aliya, pela semente de esperança que puderam plantar em mim.

À família Folk, que me deu a segurança necessária para fazer crescer este projeto.

A todas as minhas relações, sem as quais não seria possível cumprir minha história de vida, nem fortalecer meu desejo por um mundo melhor para todos.

*Gracias a la vida!*

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Ambiental  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A CULTURA E SUAS INTERRELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

AUTORA: GREICE LISIAN FOLK FONSECA

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. ANA MARIA THIELEN MERCK

LOCAL E DATA DA DEFESA: SANTA MARIA, RS, 31 DE JANEIRO DE 2013.

Muitas discussões sobre a temática da Educação Ambiental caíram no modismo de pensar o ambiente como algo puramente físico e nos problemas ambientais como decorrentes da má conduta do homem com o capital natural. No entanto, a discussão acerca da relação entre natureza e sociedade também converge para o modo como a organização cultural de um dado contexto é reveladora de identidades, de formações ideológicas e de estilos de vida. Nesse sentido, emerge uma nova visão, na qual os valores culturais das sociedades tradicionais são concebidos como um patrimônio a ser salvaguardado. A pesquisa apresentada tem como uma das finalidades refletir sobre o que é cultura sob a visão do desenvolvimento sustentável, assim como ponderar sobre os direitos culturais das sociedades tradicionais em face à crise civilizacional que se apresenta. A elaboração do referencial teórico teve como foco a cultura e os fundamentos do novo paradigma ambiental emergente, com atenção ao pensamento de Lévi-Strauss, no que se refere à discussão sobre a diversidade das culturas humanas; ao método complexo de pensar a experiência humana, de Edgar Morin; e à reflexão sobre a crise ambiental, de Enrique Leff, com especial atenção aos aspectos epistemológicos de sua obra, como as categorias de análise “racionalidade ambiental” e “saber ambiental”.

**Palavras-chave:** Cultura, Patrimônio Cultural Imaterial, Racionalidade Ambiental, Saber Ambiental.

## ABSTRACT

Monografia de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Ambiental  
Universidade Federal de Santa Maria

### CULTURE AND ITS INTER-RELATIONS WITH ENVIRONMENTAL EDUCATION

AUTHOR: GREICE LISIAN FOLK FONSECA

ADVISOR: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. ANA MARIA THIELEN MERCK

PLACE AND DATE OF DEFENSE: SANTA MARIA, RS, JANUARY, 31, 2013.

Many discussions about Environmental Education fell onto the fad of thinking about environment as something purely physical and about environmental problems as deriving from man's misdemeanor with natural capital. However, the discussion about the relations between nature and society also converges to the way in which a given context's cultural organization reveals identities, ideological formations and lifestyles. Therefore, a new vision emerges, and at it, the cultural values of traditional societies are designed as a patrimony to be protected. This research has, as one of its goals, to reflect about what is culture under the vision of sustainable development, so as to ponder about cultural rights of traditional societies facing our current civilizational crisis. Theoretical referential's elaboration had as its focus culture and the fundamentals of the new emerging environmental paradigm, with attention to the thoughts of Lévi-Strauss, on what's referred to the discussion about human cultures' diversity; to Edgar Morin's complex method of thinking human experience; and to Enrique Leff's reflection about the environmental crisis, giving special attention to the epistemological aspects of his work, as “environmental rationality” and “environmental knowledge” analysis categories.

**Key words:** Culture, Immaterial Cultural Patrimony, Environmental Rationality, Environmental Knowledge.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EA	Educação Ambiental
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Quadro síntese dos valores das racionalidades instrumental e ambiental.....	26
---	----



## SUMÁRIO

NOTA EXPLICATIVA.....	9
APRESENTAÇÃO .....	11
Problema de pesquisa.....	12
Objetivos .....	12
Procedimentos metodológicos de pesquisa .....	12
CAPÍTULO 1 - UM PRELÚDIO SOBRE CULTURA .....	14
1.1. Mas, afinal, o que é cultura?.....	14
1.2. Cultura imaterial .....	15
CAPÍTULO 2. A CRISE CIVILIZACIONAL .....	17
2.1 A hegemonia da razão instrumental.....	18
2.2. Mas, afinal, o que seria o pensamento complexo?.....	21
CAPÍTULO 3- DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL À RACIONALIDADE AMBIENTAL .....	24
3.1. A racionalidade ambiental segundo Enrique Leff .....	24
3.2. O Saber Ambiental .....	26
3.3. Cultura ecológica e racionalidade ambiental.....	28
CAPÍTULO 4. ALGUNS ASPECTOS DA CULTURA E SUAS INTERRELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	31
4.1. Patrimônio cultural imaterial .....	31
4.2. O papel da educação ambiental .....	33
CONCLUSÃO .....	36
Breve síntese.....	36
Quanto à metodologia .....	37
Quanto aos objetivos.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	40

## NOTA EXPLICATIVA

O interesse na produção deste trabalho nasceu de uma tentativa infrutífera de levantar resquícios da literatura oral, a partir de entrevistas aos moradores da pequena cidade onde moro, no interior do Rio Grande do Sul. Tive muito pretensamente esta ideia, e comecei um diário de campo no início de 2012. Durante um semestre fiz catalogações, busquei bibliografia, treinei transcrições, fiz um grande esforço para dominar uma metodologia nova para mim, já que nunca antes teria entrevistado ninguém. Eu nunca havia imaginado que tratar da história de uma comunidade rural com base em procedimentos e técnicas como a entrevista oral, coleta de depoimentos e sua análise crítica poderia ser trabalho demasiado difícil. Procurar fontes confiáveis, encontrar as pessoas que serão os sujeitos históricos de uma pesquisa de cunho social, tanto mais um estudo de caso, e tocar, enfim, no elemento humano, eram as tarefas que me propus pesquisar dentro do vasto campo da Educação Ambiental.

Então, na metade do ano, chegando à cidade para enfim começar o trabalho de campo, vieram os primeiros obstáculos. Resolvi procurar por pessoas que tivessem algum contato com saberes populares, mudando um pouco o enfoque da literatura oral para a prática da benzedura. Depois disso, ocorreu uma série de mudanças desfavoráveis. Algumas das mulheres que eu havia escolhido para colher a história de vida faleceram, outras estavam muito doentes, já aos cuidados de familiares, e outras, inclusive, haviam feito votos religiosos e recusaram-se a comentar suas experiências passadas.

Vi-me numa situação difícil e longe de poder solucioná-la: as benzedadeiras estavam se calando, se não desaparecendo, e com elas o seu ofício. Foi aí que diminuí meu impulso inicial por um trabalho de campo e tive de recorrer ao antigo trabalho monográfico, contando com as fontes que parcamente havia recolhido.

Com paciência, procurei compreender de maneira abstrata o que havia acontecido no meu plano e dado errado. Acredito que durante o ano de preparação encontrei definitivamente um problema de pesquisa baseado numa situação real. Como os saberes populares estavam aparentemente desaparecendo de minha cidade, e não pude vislumbrar maneira de registrá-los, fiz disso meu ponto de partida para este trabalho.

Pude depreender uma hipótese com a experiência frustrada: os idosos com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico cultural não estavam recebendo importância de sua comunidade local. Isso levava a constatar que havia um deslocamento

desses sujeitos e um rompimento no processo de transmissão dos saberes e fazeres tradicionais. Tal falta de espaço no arranjo social relegava-os a um espaço subjetivo, como a memória, ou, infelizmente, o esquecimento.

Portanto, cheguei à conclusão de que o velho, provedor de uma tradição, e a criança, herdeira de uma tradição, estavam presos num hiato cultural, construído e mantido por uma cultura vigente precária e homogeneizante. Neste processo, a produção cultural local ficava perdida.

Desta forma, comecei a repensar meu trabalho e desisti da pesquisa de campo porque não me vi em força de fazê-la.

Passei os anos do curso de especialização me familiarizando aos escritos de Enrique Leff, de sorte que pude encontrar uma forte base teórica com que apoiar as premissas que havia delineado para compreender de maneira sistemática a hipótese que levou ao seguinte problema: faz-se necessário preservar e valorizar os saberes tradicionais, principalmente os bens culturais de natureza imaterial, porque a manutenção do patrimônio cultural de um povo é uma forma de resistência à homogeneização da cultura, que vem ocorrendo nos últimos anos, em decorrência da crise ambiental.

Com isso, pude, de forma modesta, escrever esse pequeno ensaio teórico, na tentativa de contribuir à reflexão sobre uma faceta da problemática ambiental, a perda das culturas tradicionais, e possíveis ações para repará-las.

## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa foi organizada com desenvolvimento metodológico de caráter bibliográfico. Procuramos desenvolver esta investigação científica, cujas questões norteadoras e o desenvolvimento dos objetivos foram elaborados tomando como referência a filosofia ambiental, de modo geral, e a obra de Enrique Leff, de modo particular. Além disso, para organizar este estudo, delineamos um caminho crítico interdisciplinar através de pensadores como Claude Lévi-Strauss, Félix Guattari e Edgar Morin no que diz respeito ao problema da crise civilizacional e dos comportamentos humanos gerados por ela.

Na primeira parte do referencial teórico caracterizaremos “cultura” e “cultura imaterial”, observando a interdependência entre natureza e cultura, a fim de evidenciar que a crise de nosso tempo, a crise ambiental, gera um campo de conflitos também dentro das culturas tradicionais ou populares.

Na segunda parte discutiremos a perda das práticas e valores culturais como consequência da degradação da qualidade de vida da população, devido, principalmente, às relações de dominação inerentes ao modelo capitalista de sociedade, que vieram a anular a dinâmica coletiva de transmissão cultural das sociedades tradicionais.

Na terceira parte, trataremos sobre as categorias de análise da estratégia epistemológica ricamente construída por Enrique Leff para estabelecer o paradigma da complexidade, tais como “racionalidade ambiental”, “cultura ecológica”, “saber ambiental”.

Na última parte, buscaremos elucidar como a Educação ambiental poderia minimizar a crise do homem com seu entorno cultural, crise esta que se define pela dissociação homem-natureza, de modo a refletir sobre as interligações entre Educação Ambiental e fenômenos culturais, precisamente aqueles de natureza imaterial.

## **Problema de pesquisa**

A perda de práticas e valores culturais, bem como a consequente degradação da qualidade de vida das maiorias está intimamente relacionada às relações de dominação inerentes ao modelo capitalista de sociedade, que prima pelos valores do individualismo e da competitividade. Essa perda emerge de uma nova cultura global, instaurada pela racionalidade econômica, que fez da natureza uma fonte de matérias-primas desvalorizadas.

## **Objetivos**

### Objetivo geral

Apresentar alguns aspectos da cultura, assim como ponderar sobre os direitos culturais das sociedades tradicionais em face à crise civilizacional que se apresenta, priorizando a visão do pensador engajado com a problemática ambiental, Enrique Leff.

### Objetivos específicos

- Compreender as interrelações entre natureza/cultura/sociedade, situando o lugar da cultura no desenvolvimento de sociedades mais sustentáveis;
- Abordar alguns elementos fundamentais da concepção teórica de Enrique Leff, como os conceitos de “racionalidade ambiental”, “cultura ecológica”, “saber ambiental”;
- Discutir como a Educação ambiental poderia minimizar a crise do homem com seu entorno cultural, crise esta que se define pela dissociação homem-natureza.

## **Procedimentos metodológicos de pesquisa**

Esta pesquisa ocorreu em três momentos importantes: o primeiro momento contou com a definição do problema, da hipótese e com elaboração do objetivo geral e dos objetivos específicos.

O segundo momento contou com a escolha bibliográfica que teve como foco a cultura e os fundamentos do novo paradigma ambiental emergente.

O plano de trabalho basicamente partiu da tomada de notas e das fichas de leitura. As fichas de leitura presidiram a elaboração do trabalho de pesquisa, mas continuaram ao longo do processo.

Quanto ao plano de trabalho dissertativo, e terceiro momento, procedemos com mais atenção ao pensamento de Lévi-Strauss, no que se refere à discussão sobre os aspectos da cultura e diversidade. Ativemo-nos à reflexão sobre a crise ambiental, de Enrique Leff, particularmente às categorias de análise “racionalidade ambiental” e “saber ambiental”. Finalmente, abordamos questões relativas ao método complexo de pensar a experiência humana, à luz do pensamento de Edgar Morin, assim como trouxemos um pouco das políticas públicas e possíveis caminhos que a Educação Ambiental pode traçar em favor da salvaguarda do patrimônio imaterial de um país.

## CAPÍTULO 1 - UM PRELÚDIO SOBRE CULTURA

Toda manifestação humana, desde os tempos mais remotos, que tenha por característica principal a produção de um saber e a garantia de sua continuidade pode ser chamada de cultura. O homem, como um ser produtor de saberes, é um ser cultural. O menor núcleo familiar, que conte com a presença de apenas dois indivíduos, já contém, suscita ou emite traços culturais.

A experiência humana é multifacetada. Nela estão contidas sempre lateralidades, modos de perceber a experiência do real: a moral, a religião, a estética, a política, etc; além do que, toda experiência está subjugada ao tempo histórico, que pode ser entendido como uma sucessão de acontecimentos em dado espaço geográfico.

Por sua vez, o mundo físico é sempre o mundo entendido por seres biológicos e culturais. Na busca por compreendê-lo, o homem passou a medir o real, primeiro em escalas de tempo e espaço, depois em categorias cada vez menores, as quais chamou de “ciência”. Nessa tentativa, passou a reduzir a experiência em setores limitados do saber; e assim, pois, reduziu o conhecimento do mundo a pequenas fatias organizadas em domínios diferentes da ação humana.

### 1.1 Mas afinal, o que é cultura?

O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Depois a palavra passou a se referir a um conjunto de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar, benzer).

Para os antropólogos e outros cientistas do comportamento, a cultura é toda gama de padrões de comportamento humano. O termo foi usado pela primeira vez desta maneira pelo antropólogo inglês Edward B. Tylor, em seu livro **Primitive Culture**, de 1871. Para Tylor, a cultura é “o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume, outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Tylor foi o primeiro etnólogo a abordar efetivamente os fatos culturais sob uma ótica geral e sistemática e foi também o primeiro a se dedicar ao estudo da cultura em todos os tipos de sociedade e sob todos os aspectos, tanto materiais quanto simbólicos. (CUCHE, 2002).

Entretanto, a cultura é uma ferramenta poderosa e frágil ao mesmo tempo, dada a sua constante mutabilidade. Além do mais, as formas simbólicas que a representam são constantemente perdidas, uma vez que fazem parte do imaginário mental. A língua escrita, os governos, as cidades, os prédios, etc. são apenas os produtos da cultura, não são ela mesma; por essa razão, os objetos encontrados por um arqueólogo, por exemplo, refletem padrões culturais de uma época, não propriamente a cultura.

Segundo José Luiz dos Santos, há duas concepções básicas de cultura. A primeira está mais relacionada com os aspectos sociais da realidade de um povo, como as maneiras de conceber e organizar a vida social ou a seus aspectos materiais. É nessa definição que pensamos quando dizemos “a cultura francesa” ou “a cultura ibérica”, por exemplo. A segunda está relacionada mais especificamente ao conhecimento, às ideias, crenças, e às maneiras como tudo isso coexiste na vida social.

Já o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss definiu cultura do seguinte modo:

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros. (STRAUSS, 1976, pág. 19).

Como vimos, o conceito de cultura se torna amplo e delicado. Portanto, nesta monografia, adotaremos a definição de Lévi-Strauss como a mais adequada, pois adiante trataremos de um aspecto específico da cultura, a sua natureza imaterial, que diz muito a respeito da realidade social de um povo, por expressar os valores culturais, os mitos e os ritos que dão sentido à existência humana.

## **1.2. Cultura imaterial**

A Cultura imaterial compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes. Esta herança ou legado influencia o modo de ser e a identidade dos indivíduos e grupos sociais, formando sua base cultural.



Mais detalhadamente, os bens culturais de natureza imaterial<sup>1</sup> dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Os elementos que compõem a manifestação de cultura imaterial são de natureza intangível, mas seu caráter é processual e dinâmico, por isso patrimônio vivo, cuja manifestação é inseparável da ação humana. Apesar de tentar manter um senso de identidade e continuidade, este patrimônio é particularmente vulnerável uma vez que está em constante mutação e multiplicação de seus portadores. Além do mais, sua continuidade depende da existência, no tempo e no espaço, de sujeitos desejosos e capazes de reproduzir esses bens.

Nos últimos tempos, é possível observar que as histórias, os mitos, as lendas, as danças, as rezas e contos populares estão perdendo o espaço privilegiado nas culturas tradicionais visto que os “sujeitos desejosos” de reproduzi-los estão presos em uma vida que se distanciou muito do natural. Cercadas de tecnologia, a geração dos contadores de histórias não encontra terreno no qual se assentar. Não há mais tempo e espaço para se ouvir histórias em meio à abundância de entretenimento, de conteúdo nem sempre saudável.

Por isso, a perda das práticas e valores culturais pode ser vista como consequência da degradação da qualidade de vida da população, devido, principalmente, às relações de dominação inerentes ao modelo capitalista de sociedade, que prima pelos valores do individualismo e da competitividade - valores que vieram, pois, a anular a dinâmica coletiva de transmissão cultural das sociedades tradicionais.

Abordaremos este assunto no quarto capítulo desta monografia. Antes, porém, se faz necessário examinar aspectos da crise civilizacional, como a degradação socioambiental e a emergência do saber ambiental, cujos temas trataremos nos capítulos posteriores.

---

<sup>1</sup> Não existe um consenso que melhor define o conjunto dos bens culturais de natureza imaterial. Ora se usam expressões como “patrimônio cultural intangível”, ora “patrimônio cultural imaterial”, “cultura tradicional e popular”, “patrimônio oral”, “patrimônio vivo”. Nesta monografia, adotaremos a denominação “patrimônio cultural imaterial” com mais frequência do que outras, por acreditarmos ser a mais fiel às formas de expressão, aos modos de criar, fazer, viver, assim como às manifestações da literatura oral, festas e danças de um povo.

## CAPÍTULO 2. A CRISE CIVILIZACIONAL

A necessidade de a sociedade se preocupar com problemas ambientais, como a conservação dos recursos naturais, o aquecimento global, a recuperação da camada de ozônio e a extinção de espécies é muito recente, e só foi possível depois de instaurada uma crise de proporções globais. As origens da crise civilizatória remetem à concepção de mundo que serve de base à civilização ocidental, cujo modelo de desenvolvimento é marcado pelo caráter predatório e pelas desigualdades sociais.

A industrialização e o materialismo exacerbado trouxeram artigos em abundância, desperdício, pobreza crítica e desigualdade social, gerando, com isso, o crescimento dos índices de subdesenvolvimento. Tais índices são a prova capital do quão agravante e insustentável a corrida desenfreada das forças produtivas foi para as condições ecológicas do planeta. Os recursos naturais nunca estiveram a tão alto risco de destruição, e, da mesma forma, a destruição da diversidade biótica e cultural corre a largos passos.

Dentre as desigualdades que mais afetam os países do Terceiro Mundo, assim como da América Latina, a marginalização do velho; a precariedade subjetiva da juventude e sua manipulação mental – feita principalmente pelos meios de comunicação midiáticos; a condição feminina e suas desigualdades, ainda em pleno século XXI, são os principais contextos de fragmentação, de descentralização, de multiplicação dos antagonismos e dos processos identitários que surgem com as novas problemáticas ambientais. (GUATTARI, 1996).

Soma-se a isso o desmembramento frenético das relações familiares, cujos papéis sociais já não são bem distintos. Esse desmembramento ocasiona uma perda na transmissão dos saberes populares, passados de uma geração a outra, e, portanto, culturalmente herdados.

A crise de nosso tempo gera um campo de conflitos dentro das culturas populares, uma vez que perda de práticas e valores culturais é uma consequência da degradação da qualidade de vida da população. Assim já apontava Félix Guattari, quando assevera que camadas inteiras de subjetividade coletiva se desmoronam, tal ocorre, por exemplo, com a perda de tradições populares em detrimento da massificação cada vez mais potente da chamada “cultura ocidental”. Esta, por sua vez, tende à esterilidade e ao dogmatismo insuportável que desembocam no empobrecimento das intervenções humanas, como também em “estereótipos impermeáveis à alteridade”.

Guattari(1996) apontava, em plena década de 70, que a uniformização “mass-mediática” da subjetividade coletiva<sup>2</sup> se deve ao teledirigismo dos meios de comunicação, ao reducionismo sistemático dos setores do saber, à crença cega no futurismo, na revolução tecnológica e na informática. Quanto aos estereótipos, podemos ver de perto uma uniformização de comportamentos dentro da sociedade ocidental, que vem se alastrando pelos países do Terceiro Mundo, ainda dominados por mercados externos. Com isso, percebemos que as relações de dominação inerentes ao modelo capitalista de desenvolvimento foram determinantes na anulação de algumas dinâmicas coletivas, como a transmissão de saberes populares dentro das sociedades tradicionais.

A degradação do ambiente e a destruição da base dos recursos levaram à desintegração dos valores culturais, das identidades étnicas e das práticas produtivas das sociedades tradicionais, e com isso, os saberes e fazeres que constituem o legado cultural imaterial destas sociedades.

Destarte, observamos que a crise socioambiental ocasionou uma perda significativa de práticas e valores culturais, que, por sua vez, levaram a degradação da qualidade de vida dos povos tradicionais, principalmente das comunidades indígenas e camponesas. Consideramos que tal perda é um processo de degradação, intimamente relacionado à dominação cultural inerente ao modelo capitalista de sociedade, que prima pelos valores do individualismo e da competitividade. Assim, pois, emergiu a nova cultura global, instaurada pela racionalidade econômica, que fez da natureza uma fonte de matérias-primas desvalorizadas.

## **2.1 A hegemonia da razão instrumental**

A revolução científica do século XVII marcou o domínio da ciência pela técnica e postulava, sobretudo, o pensamento racional e analítico. Teve como principal pensador René Descartes, o criador do método do pensamento analítico, “que consiste em quebrar fenômenos complexos em pedaços a fim de compreender o comportamento do todo a partir das propriedades de suas partes.” (CAPRA, 1996). Para ele, a natureza estava abaixo do homem, por isso sua visão é extremamente antropocêntrica. De uma posição privilegiada, o homem

---

<sup>2</sup> É importante destacar que a “subjetividade coletiva”, nos termos de Guattari, diz respeito ao conjunto de saberes e valores que, articulados às relações com o meio ambiente e às relações sociais estabelecem certo tipo de organização cultural.

dominava o saber e o conhecimento técnico, e com isso passou a explorar os recursos naturais em nome do progresso científico.

A emergência do capitalismo revela um sistema econômico que privilegia a industrialização e engendra uma ideologia urbano-industrial, desenvolvida sob a hegemonia financeira, tecnológica e militar, na qual a natureza passa a ser considerada objeto (coisificação). Esse modo de perceber a realidade moldou a visão do mundo do homem ocidental e encontrou seu apogeu na era da Revolução Industrial.

Segundo Lévi-Strauss (1976), a relação Homem/Natureza sofreu mudanças drásticas em dois períodos distintos da história da humanidade: a revolução neolítica e a revolução industrial:

Duas vezes em sua história e com um intervalo aproximado de dez mil anos, soube a humanidade acumular uma multiplicidade de invenções orientadas no mesmo sentido; e este número por um lado e esta continuidade, por outro, concentraram-se num lapso de tempo suficientemente curto para que se operassem altas sínteses técnicas; sínteses que acarretaram mudanças significativas nas relações que o homem mantém com a natureza e que, por sua vez, tornaram possíveis outras mudanças. (STRAUSS, 1976, pág. 342).

Essas revoluções foram não só tecnológicas, mas também sociais e culturais. Das descobertas da revolução neolítica, ainda dependemos da agricultura, da criação de animais, da cerâmica e da tecelagem - com os devidos aperfeiçoamentos. Das descobertas da revolução industrial, sobretudo, continuamos a extrair e aproveitar as mesmas fontes energéticas: carvão mineral, petróleo e gás natural - salvo a exploração das energias elétrica e atômica, cuja data é mais recente, porém é também fruto da corrida científica iniciada pelos idos do século XVIII.

Com os avanços na tecnologia, o homem passou a produzir e incorporar novos modos de saber e novas formas de se relacionar com a natureza. A preocupação sempre crescente com o desenvolvimento econômico fez com que muitos países promovessem uma busca predatória por matérias primas e por mão de obra barata e/ou escrava. Este período da história da humanidade é conhecido como a era das grandes descobertas e tem como principal marco o surgimento do modelo capitalista de desenvolvimento. Esse modelo é fundamentado na racionalidade econômica e tecnológica, e caracteriza-se pela prioridade ao crescimento econômico e ao direito privado, pela dominação da natureza, bem como pela capacidade de destruição e degradação dos ecossistemas e das populações.

No entanto, devemos asseverar que o pensamento cartesiano torna-se indispensável para o campo das ciências, porque o que hoje conhecemos por método científico, cujas características principais – análise, sistematização, racionalidade, segurança-, propiciaram o

desenvolvimento tecnológico que nenhuma outra civilização, em algum momento da História, alcançou. Porém, o que vemos como legítimo é defender que em face da crise ambiental que vivemos, novas estratégias conceituais, assim como novos paradigmas científicos são necessários para compreender as mudanças que se operam nos âmbitos científico, econômico, social e político. Por isso haveria a possibilidade de reconstrução social do mundo através de uma nova consciência ética. Ela seria fruto dos valores do ambientalismo, de uma racionalidade alternativa e do pensamento complexo. Falamos em sustentabilidade, em disseminação de valores ecológicos numa cultura verdadeiramente ecológica.

No que se refere à crise de conhecimento, o pensador Edgar Morin(2002) já postulava a necessidade do pensamento complexo:

Isso deve tornar mais complexa a nossa visão da história e levar-nos a compreender a incerteza do nosso tempo, visto que não há progresso necessário e inelutável; sabemos que todos os progressos adquiridos podem ser destruídos pelos nossos inimigos mais implacáveis: nós mesmos, dado que hoje a humanidade é a maior inimiga da humanidade. Sabemos, atualmente, que o progresso deve ser regenerado; sabemos ainda que a barbárie constitui uma ameaça, e vivemos mais do que nunca na incerteza, porque ninguém pode adivinhar o que será o dia de amanhã. O nosso destino é, pois, incerto, e ninguém sabe qual o destino do Cosmos. (MORIN, 2002, pág. 9).

Adiante faremos a discussão a respeito do pensamento complexo. Em seguida, procuraremos desenvolver um capítulo a respeito das categorias de análise “racionalidade ambiental” e “saber ambiental”, amplamente discutida nas obras de Enrique Leff.

## **2.2. Mas, afinal, o que seria o pensamento complexo?**

Em relação ao termo complexidade, buscamos elucidá-lo de acordo com a ampla definição dada por Edgar Morin (2002), em **Introdução ao pensamento complexo**. Seu significado etimológico é “o que está tecido em conjunto”, do latim *complexus*. No entanto, o filósofo lembra que a palavra não traz consigo uma herança nobre, seja filosófica, científica ou epistemológica. Ao contrário, carrega em seu âmago confusão, incerteza, desordem. Mas não é sob a conotação negativa que a palavra complexidade será discutida nesta monografia, mas sim pela sua particularidade em reunir os opostos sem contrapô-los, em carregar o uno e o múltiplo, em gerar contradições que não podem ser reduzidas, resolvidas e acabadas.

Morin observa que a complexidade aparece aonde o pensamento simplificador falha, por rechaçar as conseqüências mutilantes, reducionistas e unidimensionais de uma simplificação cega. Nesta perspectiva, lembra Pascal, quando afirma que o problema do conhecimento é um desafio porque só podemos conhecer o todo se conhecermos as partes, assim como só podemos conhecer as partes se as situarmos num todo; assevera, ainda, que o mundo objetivo e subjetivo, vale dizer, a realidade dos seres e das coisas só pode ser apreendida segundo tal regra.

Vale lembrar que Fritjof Capra (1996), em sua célebre obra **A teia da vida**, relaciona essa máxima com a concepção do pensamento sistêmico, porém numa perspectiva diferente: o todo é mais do que a soma de suas partes; é o todo que determina o comportamento das partes. Para o autor, a conexidade entre sistemas vivos é o princípio da vida, sendo que as conexões entre comunidades animais e vegetais se dão entre níveis macro e micro, de forma que há uma unidade totalizante composta por um sem fim de redes. As redes são uma concepção dos sistemas vivos defendidas principalmente por ecologistas e tornaram-se a perspectiva mais fundamental para os teóricos da Ecologia.

Da mesma forma, na cultura as diversidades se formam e estabelecem por meio das interações entre culturas diferentes, que aparecem como uma complexa teia de interrelações entre várias partes. “De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes.” (CAPRA, 1996).

Conforme a visão do pensamento sistêmico, a família, a escola, as comunidades humanas são sistemas vivos, que seguem o modelo dos ecossistemas da natureza. Nesse contexto, a tomada de decisões coletivas leva em conta os princípios da sustentabilidade; esses valores são os que garantiram ao longo do tempo a sobrevivência grupal, porque o processo de tomada de decisões leva em conta o bem de cada ser humano, assim como de cada ser vivo. Portanto, a responsabilidade por tudo o que se faz parte é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. É assim que o senso de identidade e os valores profundos da comunidade se fundam, formando a base da herança cultural, cujo germe vem presente no seio das famílias. (CAPRA, 2006).

O mais importante, para nós, é compreendermos que a cultura é sistêmica, mas a forma como a concebemos ainda ancora-se no pensamento cartesiano. Sem essa compreensão, uma mudança não será possível. Capra afirma que temos dificuldade em pensar em termos sistêmicos porque vivemos numa cultura materialista.

Isto posto, tomamos emprestada a analogia de Pascal, já recorrente na obra de Morin, para tentarmos explicar a interrelação que se estabelece desde o começo dos tempos entre sociedade e natureza: não há, pois, separação entre o ser orgânico e o ser cultural, uma vez que o mesmo homem é quem se liga ao mundo empírico e a partir disso constrói o imaginário com o qual delimitará a sua identidade cultural.

Não seríamos seres humanos, indivíduos humanos se não tivéssemos crescido num ambiente cultural onde aprendemos a falar, e não seríamos seres humanos vivos se não nos alimentássemos de elementos e alimentos provenientes do meio natural. (MORIN, 2002, pág. 19).

O conhecimento científico, como afirma Edgar Morin (2002), foi concebido durante muito tempo (e ainda o é), como tendo por missão dissipar a aparente complexidade dos fenômenos, a fim de revelar a ordem simples a que obedecem. No entanto, pode-se dizer que há uma falta constitutiva nas ciências, que se expressa, entre outras formas, na negação do conhecimento popular ou tradicional.

Enrique Leff (2006) anuncia os perigos de confiar os saberes na “razão dominadora e orientadora”, no *logos* que buscava a unidade, a uniformidade e a homogeneidade. O principal perigo é negar o limite, o tempo, a história, a diferença, a diversidade e a outridade/alteridade. Isso vai ao encontro do que Morin defende como a aspiração do pensamento complexo: um saber não parcelado, não dividido, não reducionista, e o reconhecimento do inacabado e do incompleto de todo conhecimento.

Sob esse aspecto, lembramos mais uma vez a necessidade do pensamento complexo para se considerar as diferenças existentes no universo subjetivo do homem, dentro e fora de sua individualidade. No que se refere ao pensamento complexo, este assume papel novo dentro das instituições sociais justamente pelo seu efeito integrador, gerador e superador da “hiper-simplificação patológica”.

Vivemos em uma sociedade multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica, mas estudamos estas dimensões separadamente, e não umas em relação às outras. (MORIN, 2002).

Por isso Morin insiste na mundialização/globalização dos problemas, bem como na sua contextualização. Para ele, a interpretação do mundo dada pelo pensamento complexo deve ser, pois, sistêmica, ampla, interrelacionada; e não separada, fragmentada, estática. No entanto, os modos simplificadores do conhecimento mutilam mais do que expressam;

produzem mais cegueira do que elucidação. Desta forma, como encarar a complexidade de um modo não simplificador?

Acreditamos que pensar a experiência humana em nossos tempos exige uma hibridização entre o conhecimento científico e o popular, através da emergência de novos saberes. O fenômeno que se observa trata de um novo olhar sobre o homem e sobre o conhecimento que se produz e se tem produzido até então, e lança luz sobre a grande questão que marcou o fim do século XX: como tratar com a crise ambiental que se apresenta?

Diante disso, as soluções para tais problemas requerem uma mudança radical, tanto de percepções quanto de valores, uma verdadeira mudança de paradigma.



## **CAPÍTULO 3- DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL<sup>3</sup> À RACIONALIDADE AMBIENTAL**

### **3.1. A racionalidade ambiental segundo Enrique Leff**

Nos últimos anos, com a maior parte da população vivendo em cidades, observa-se que as condições de vida estão em crescente degradação. Enrique Leff (2006) preocupa-se em asseverar que os problemas ambientais estão cada vez mais crescentes e complexos, e não podem ser revertidos sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, nos valores profundos e nas práticas sociais que foram sendo incorporadas/criadas pela racionalidade científica, fundada na “economização do mundo” e no “predomínio da razão instrumental”. Haja vista os valores éticos da modernidade, “seus códigos de conduta, seus princípios epistemológicos e sua lógica produtiva geraram a destruição da base de recursos naturais e das condições de sustentabilidade da civilização humana.”

O processo de modernização, cunhado no seio da racionalidade econômica, fez da natureza uma fonte de matérias-primas desvalorizadas. A Ordem Econômica Mundial instaurou padrões tecnológicos de uso dos recursos e de formas de consumo que alteraram drasticamente a subjetividade cultural das sociedades tradicionais, cujo modelo de aproveitamento dos recursos “contrapõe-se à especialização e homogeneização da natureza e à maximização do benefício econômico”. (LEFF, 2009, pág. 100).

O materialismo histórico, articulado com a antropologia e com a ecologia explica como as culturas primitivas ou tradicionais que sobreviveram até a atualidade foram influenciadas e condicionadas pelo mercado capitalista. Na lógica do modo de produção capitalista, o que importa é maximizar os lucros mercantis a curto prazo, mesmo que para tanto seja necessário implantar formas exploratórias de uso dos recursos naturais e da força de trabalho.

---

<sup>3</sup> Aqui, faz-se importante frisar que os termos “racionalidade teórica”, “científica”, “instrumental” e “econômica” são sinônimos do mesmo modelo cientificista do pensamento, relacionado aos padrões de produção e consumo prevalentes no modo de produção capitalista.

Nestas condições, a corrida desenfreada das forças produtivas gerou não só uma superexploração dos recursos, causando a devastação da natureza, como também “a transformação e destruição de valores humanos, culturais e sociais”. (LEFF, 2011, pág. 84).

A degradação do ambiente e a destruição da base dos recursos naturais ocasionou uma crise de grandes proporções. “Esta crise do crescimento econômico leva a fundar um desenvolvimento alternativo sobre outros valores éticos, outros princípios de produção e outros sentidos societários, sem os quais a vida humana não será sustentável”. (Id., 2006, pág.24).

Como se vê, estamos num momento de crise civilizatória, cuja complexidade ultrapassa as fronteiras da racionalidade econômica e tecnológica, ou melhor, daquela racionalidade científica que preconizava uma divisão elitista da ciência. Encontramo-nos imersos no desafio de perceber e compreender a nova racionalidade ambiental, bem como a rede de agentes sociais produtora do pensamento complexo.

Durante muitos anos a racionalidade instrumental dominante pregava a divisão elitista da ciência e hoje percebemos que, cada vez mais, o homem se volta para uma compreensão holística do mundo. Ao contrário da visão positivista, cujo ideal de cientificidade estava calcado na objetividade, na fragmentação e na especificidade do conhecimento, a nova racionalidade ambiental se volta à hibridização entre o científico e o popular.

Podemos examinar um quadro que põe lado a lado as principais diferenças entre os valores dominantes nas duas racionalidades. É um esquema meramente ilustrativo, no qual seria interessante notar que nenhuma delas é intrinsecamente boa ou má, apenas a ênfase em determinado aspecto em detrimento de outro, como no caso do conhecimento científico, por exemplo, é que gera desequilíbrio, e com isso, crise de paradigma.

<b>Racionalidade Instrumental</b>	<b>Racionalidade Ambiental</b>
Divisão elitista da ciência Paradigma positivista Tradição Fragmentação, especificidade Objetividade do conhecimento Cientificidade	Hibridização do conhecimento científico e popular Emergência de novos saberes Ruptura com a tradição Interdisciplinaridade Novas discursividades Novas estratégias conceituais Holismo

**Figura 1** – Quadro síntese dos valores das racionalidades instrumental e ambiental

**Fonte:** FONSECA, G. L. F. 2013

A racionalidade econômica procura colonizar e reintegrar a diversidade do mundo dentro de seus códigos de compreensão e de suas estratégias de dominação. Já a racionalidade ambiental – que não é uma ordem suprema, nem superior-, não procura reorganizar as culturas a partir de seus princípios gerais, nem ajustar o pensamento e as práticas sociais a certas condições objetivas, estabelecidas a partir de fora e de cima.

Com isso, surge o imperativo da sustentabilidade. Na visão do desenvolvimento sustentável, o mundo não pode ser explicado por uma única teoria, nem pode ser apreendido na sua totalidade. Para conseguir *re-conhecer* o ambiente cultural, o homem deverá aprender a aprender a complexidade das interrelações que constituem o mundo fenomênico. Como tanto assevera Leff (1996), a problemática ambiental é mais que uma crise ecológica, ela é antes uma crise do reconhecimento do mundo.

### **3.2. O Saber Ambiental**

O modo como o homem se relaciona com a natureza está ganhando novos matizes, uma vez que a ameaça dos grandes impactos ambientais o levou a repensar a forma como vinha se relacionando com o planeta. O terreno que se abre está assentado sobre uma visão do mundo como um sistema, no qual natureza e cultura integram-se, harmonizam-se. Portanto, é necessário um modo de conhecimento que permita compreender como as organizações, os sistemas, produzem as qualidades fundamentais de nosso mundo.

O fenômeno da complexidade ambiental pode ser entendido como um novo olhar sobre o homem e sobre o conhecimento que se produz e se tem produzido, diante do qual é necessário o diálogo de saberes para a construção de uma nova racionalidade. Nesta perspectiva, emerge o saber ambiental, um dos maiores valores que a nova racionalidade imprime na transformação do pensamento e na reconstituição das identidades através do saber, que levará à construção de uma nova sociedade e abrirá o caminho para a cultura ecológica. Com isso, o projeto de sociedade que se abre está mais preocupado em assumir atitudes éticas com as gerações futuras do que com o acúmulo indevido e com a exploração da natureza.

Sobretudo, o saber ambiental está intimamente relacionado com a construção social do mundo atual, através do processo de desconstrução e reconstrução do pensamento e se oferece como uma forma estratégica de reapropriação do mundo. Enrique Leff (2003) afirma que o ponto de partida para solucionar a crise ambiental não pode ser a via da racionalidade científica, por ser esta, justamente, baseada em certos “erros” da história. Tais erros constituem-se de “certezas sobre o mundo com falsos fundamentos”, como a crença no cientificismo e na ideia do progresso a todo custo, “arrastado por um processo incontável e insustentável de produção”.

É, portanto, na construção da racionalidade ambiental desconstrutora da racionalidade capitalista que se forma o “saber ambiental”. Este saber propõe um novo sistema de valores, que respeitam os potenciais de desenvolvimento dos países e a diversidade cultural dos povos.

Nesse contexto, as crenças, os saberes, mitos e ritos que compõem o patrimônio cultural das sociedades tradicionais revelariam os modelos holísticos de percepção da realidade e de aproveitamento dos recursos ambientais. No viés da racionalidade ambiental ou ecológica, a identidade étnica dos povos se configura por uma riqueza do patrimônio cultural e pela sabedoria no manejo dos recursos naturais.

Como assevera Enrique Leff, a racionalidade ambiental propõe um sistema de valores associado a uma racionalidade produtiva alternativa, a novos potenciais de desenvolvimento e a uma diversidade de estilos culturais de vida. Tal sistema de valores está fundamentado sobre princípios éticos que regem a moral individual e os direitos coletivos. Da mesma forma, surgiu contra a cultura do poder fundada na razão tecnológica e na racionalidade econômica, opondo-se à homogeneização da cultura em favor dos valores da diversidade cultural.

Esta forma de organização cultural vai se readaptando, se reafirmando à medida que as mudanças tecnológicas e outras formas de organização cultural vão se impondo. Assim, os traços identitários dos povos tradicionais se transformam, através de um processo de mestiçagem, porém nunca de aculturação.

Sobre esse aspecto, lembramos Lévi-Strauss quando afirma que a diversidade das culturas humanas não nos deve levar a uma observação fragmentadora ou fragmentada da realidade. Ela é menos função do isolamento dos grupos que das relações que os unem, além de ser um fenômeno natural, resultante de relações diretas e indiretas entre as sociedades.

É comum ao homem cair no julgamento de repudiar as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas que são as mais afastadas daquela com as quais se identifica. Por isso, na perspectiva de Lévi-Strauss, o fenômeno da diversidade encerra em sua essência um julgamento paradoxal: “preferimos lançar fora da cultura, na natureza, tudo o que não se

conforma à norma sob a qual se vive.” Ainda, afirma que se deve compreender que jamais as sociedades humanas estão sós. Elas podem apresentar diferenças devido ao isolamento ou diferenças devido à proximidade, e manifestam um “desejo de se oporem, de se distinguirem, de serem elas mesmas.” (LÉVI-STRAUSS, 1973, pág. 357, 363).

Não obstante, o desejo de se distinguirem é o que mais caracteriza a noção de diversidade, pois esta encerra a pluralidade em si. Assim, o homem é fonte diversa de cultura justamente por estar em contato com a alteridade; do contrário, a uniformização dos saberes ditada pelas regras da civilização ocidental resulta num ato de violência contra a identidade<sup>4</sup> cultural de um povo.

Por essa mesma razão, Guattari (1996) afirma que o caminho da cultura do indivíduo e do coletivo está na sua ressingularização, que pode ser entendida como uma busca identitária feita através do diálogo com a diversidade, e pode ser uma alternativa de resistência da reprodução social de determinada cultura frente a grande conformação que há ao modo de produção capitalista e aos seus efeitos.

### 3.3. Cultura ecológica e racionalidade ambiental

Nos textos de Enrique Leff há uma linha de raciocínio que afirma os diferentes povos que compõem os países da América Latina, através de um conjunto de ecotécnicas e de estratégias produtivas para o manejo dos recursos naturais, como os detentores de um saber racional que configuram uma *racionalidade cultural* ou *cultura ecológica*, principalmente porque nessas sociedades a natureza deixa de ser vista como um recurso e se transforma em patrimônio cultural e natural. Ela não só oferece todo potencial produtivo de uma comunidade, como também integra os valores culturais, que serão os valores passados de geração a geração, garantindo a continuidade e a coesão interna do saber acumulado e dividido pelo imaginário de dada comunidade.

Primeiramente, a cultura, para Enrique Leff, não é somente uma organização simbólica do gênero humano. Ela remete a um conjunto de valores, de formações ideológicas e sistemas de significação, que orientam o desenvolvimento técnico e as práticas produtivas, e

---

<sup>4</sup> De acordo com o sentido sociológico, a identidade se forma na relação com outras pessoas, mediadoras de valores, sentidos e símbolos para o sujeito; portanto, a identidade é formada na interação entre o “eu” e a sociedade. (Hall, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006).

que definem os diversos estilos de vida das populações humanas no processo de assimilação e transformação da natureza.

Há uma categoria geral presente nos escritos de Leff que diz respeito ao sistema de valores ambientais que reorienta os comportamentos individuais e coletivos relativos às práticas de uso dos recursos e à lógica interna de organização social: a cultura ecológica. Nela, a participação das comunidades ocorre de forma comprometida pela defesa dos direitos ambientais e também leva a uma revisão dos princípios morais que guiam a conduta dos homens.

A necessidade de se criar uma cultura ecológica traduz uma forma diferente de domínio humano sobre a natureza. Lembremos-nos da natureza dinâmica da cultura ou das culturas humanas, elas podem variar ao longo do tempo, dependendo, principalmente do entrelaço com a alteridade, ou outridade, como aborda Enrique Leff, “a organização cultural não está orientada por uma teleologia ou por um fim preestabelecido.” (LEFF, 2006, pág. 409).

Para compreender melhor o que foi exposto acima é necessário compreender que as formas em que as práticas produtivas estão articuladas com a cosmovisão do mundo, com os mitos e com as crenças religiosas de cada comunidade são determinantes para o aproveitamento do potencial produtivo de um ecossistema. O conhecimento tradicional das comunidades, em especial as indígenas e campesinas, condiciona o manejo sustentável dos recursos, resultando em diferentes formas de percepção e apropriação de regras sociais de acesso, o que o autor vem a chamar de “estilos étnicos”.

Os estilos étnicos nada mais são do que formas singulares de aproveitamento do meio, “*que determina la transformación de sus ecosistemas y la historia de sus cultivos.*” A constituição fisicobiológica do meio impõe-se na conformação de determinada estrutura social (o desenvolvimento técnico, a divisão do trabalho, a organização produtiva implicam em determinadas relações de parentesco, de regras de matrimônio, de representações simbólicas, mitos e costumes). (LEFF, 1998, págs. 175-180).

A preservação de identidades étnicas, de normas culturalmente sancionadas de acesso e uso dos recursos, mais os direitos culturais sobre os territórios são imperativos na busca pela *sustentabilidade ecológica* - processo de reconhecimento dos valores culturais das populações do Terceiro Mundo, no qual impera a visão do desenvolvimento sustentável, onde nasceu a necessidade de se criar uma cultura ecológica para transformar as relações do homem com a natureza. Assim, leva-se a uma reapropriação do patrimônio de recursos naturais e culturais. (LEFF, 2006).

Ao lado do reconhecimento da importância de se preservar a biodiversidade do planeta, estão se legitimando as reivindicações das comunidades indígenas e camponesas para preservar seu patrimônio de recursos naturais e culturais. (p.407). A diversidade cultural é o que há de mais substantivo na racionalidade ambiental, o princípio que a constitui como uma ordem radicalmente diferente da racionalidade econômica. (p. 408).

Nos movimentos ambientalistas dos países do Sul está se configurando uma concepção alternativa na qual as condições de sustentabilidade se baseiam nos potenciais ecológicos da natureza, na diversidade cultural, na democracia participativa e numa política da diferença. Porém, muito diferente é o que ocorre no mundo dos países industrializados do Atlântico Norte, ou melhor, nas sociedades articuladas ao modo de produção capitalista, caracterizadas principalmente pela capacidade de destruição e degradação dos ecossistemas, assim como das relações sociais da população.

Tal raciocínio, no qual a natureza está a serviço do homem, é constitutivo da sociedade industrial, e vai de encontro ao modelo de sociedade tradicional, ou “primitiva” – um termo pejorativo, que representa mais o ponto de vista da sociedade eurocêntrica. A “modernidade”, calcada em ideais predatórios e desiguais, construiu-se sobre uma lógica racionalista que rompeu com a vivência do sagrado na natureza, coisificando-a, tornando-a um “ente”, pronto a servir os interesses do capital.

A racionalidade econômica instaurou uma nova cultura global, que privilegia o capital, ao passo que mantém uma racionalidade social *contra natura*. Um dos fatores iminentes desse modelo geopolítico é a desigualdade social, por isso podemos afirmar que a crise ambiental é uma crise socioambiental, isto é, a questão ambiental alcança proporções sociais, como a desintegração de formações culturais, a pobreza, a marginalidade, e principalmente a deterioração da qualidade de vida da população.

A crise de nosso tempo gerou um campo de conflitos dentro das culturas tradicionais ou populares. Por isso é fundamental que se comece uma transição para a racionalidade ambiental, na qual vigoram os valores culturais das populações, principalmente do Terceiro Mundo, que vêm reconhecendo que a diversidade ecológica e cultural como seus verdadeiros potenciais produtivos. Isso só será possível quando dermos bases de sustentabilidade ao processo econômico que desencadeou a degradação ambiental e pela construção de um novo modo de saber e conhecer o mundo, através do qual poderemos promover o resgate das identidades culturais subsumidas pelo modelo globalizante.

## **CAPÍTULO 4. ALGUNS ASPECTOS DA CULTURA E SUAS INTERRELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

### **4.1. Patrimônio cultural imaterial**

Depois de traçarmos uma breve reflexão sobre como os aspectos culturais estão interrelacionados com o uso mais ou menos racional da natureza; e depois de traçarmos um exame nos princípios da racionalidade ambiental e do saber ambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável, procuraremos delimitar nosso tema a um aspecto específico da cultura: a valorização dos saberes populares como um patrimônio cultural a ser salvaguardado.

O que se observa com a crise ambiental, além dos já conhecidos problemas populacionais e naturais, é uma defasagem no ambiente cultural das sociedades tradicionais, ou o que ainda resta do folclore destas sociedades. Essa problemática vem sendo discutida a nível mundial, através de organizações como a UNESCO, e atualmente vem tomando fôlego através de projetos de catalogação e tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>5</sup> (IPHAN).

Nesse contexto, é preciso preservar a riqueza da humanidade no que se refere aos saberes populares de natureza imaterial. Faz-se mister registrar os cantos, as orações, os contos populares, as frases-feitas, os provérbios, as danças de roda que pertencem à esfera do que se pode chamar de subjetividade coletiva, assim como é salutar ressignificar as práticas de literatura oral que ainda restam em pontos isolados de nossa sociedade.

Sem que haja uma participação plural da sociedade e sem que haja projetos de fomento à recuperação e valorização de traços culturais materiais e imateriais de diferentes lugares, não haverá uma mudança substancial no processo civilizatório. Como já afirmamos, a crise ambiental é uma crise econômica, mas também é uma crise sociocultural que necessita ser avaliada sob os mais complexos ângulos do saber humano.

Desse modo, reconstituir fatos, ideias, mitos, cantos, cantigas e rezas, pode ser um dos veículos de valorização e preservação da cultura local, por vezes subvertida em nome da ideia

---

<sup>5</sup> Criado em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi a primeira instituição governamental voltada para a preservação do patrimônio cultural do país.



vã de evolução sociocultural, ideia que há muito contribui negativamente para a uniformização das diferenças etnoculturais do mundo contemporâneo. (LÉVI-STRAUSS, 1976).

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. A transmissão de conhecimentos tradicionais ficou, então, reconhecida legalmente pela Constituição Federal como um patrimônio a ser salvaguardado. Desta feita, os saberes populares ganham uma importância institucional, bem como valorização e reconhecimento a nível nacional.

A oralidade, os conhecimentos tradicionais, os saberes, os sistemas de valores e as manifestações artísticas se tornaram expressões fundamentais na identificação cultural dos povos. Essas temáticas passaram a ser objeto de fomento de políticas públicas nesse setor graças à Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 1º de março de 2006.

Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2006, pág. 16).

É importante observar que projetos de fomento à preservação da diversidade cultural do país, a disseminação sobre o patrimônio cultural brasileiro em todos os segmentos da sociedade são caminhos que já vem sendo traçados pela Política de Salvaguarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No Brasil, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi instituído o decreto nº 3.551/2000 que estabelece o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Neste decreto, os bens são agrupados por categoria e registrados em livros:

- Livro de Registro dos Saberes: para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- Livro de Registro de Celebrações: para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social;
- Livro de Registros das Formas de Expressão: para as manifestações artísticas em geral; Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

Com isso, as políticas de patrimônio cultural do país avançaram e propiciaram o estudo avançado de alguns bens culturais, através do levantamento de inventários de folclore e cultura popular. Já se encontram disponíveis no banco de dados do IPHAN os registros dessas pesquisas, na forma de dossiês. Os dossiês são resultado de toda a pesquisa que gerou os registros de patrimônio imaterial brasileiros. Os livros são distribuídos para instituições de ensino e da sociedade civil e não estão à venda, mas todos os textos estão disponíveis para download na página do instituto.

Os inventários são instrumentos para o conhecimento da diversidade cultural de um país. Eles possuem como características a precariedade dos suportes materiais, o caráter dinâmico das manifestações, a transmissão predominantemente oral e o enraizamento no meio rural. De sorte que, o resgate das tradições, como mitos, saberes populares, o conhecimento das plantas medicinais, a volta à cultura oral, todas estas manifestações são uma forma de manutenção e preservação do patrimônio histórico imaterial e representam um desafio que a Educação Ambiental pode assumir na contemporaneidade.

#### **4.2. O papel da educação ambiental**

É verdade que a Educação Ambiental é um tema de extrema relevância, por se caracterizar num modo de ver e agir atual, em harmonia com a responsabilidade social de cada um com a qualidade de vida da população e com as condições ambientais do planeta. Entretanto, muitas discussões sobre essa temática caíram no modismo de pensar o ambiente como algo puramente físico e nos problemas ambientais como decorrentes da má conduta do homem com o capital natural.

Preocupações com o meio ambiente implicam, também, em preocupações com a salvaguarda do patrimônio histórico imaterial de um povo. Muito da memória social-histórica de uma comunidade pode ser resgatada com atitudes de preservação e documentação por parte das Ciências Humanas, assim como da Educação Ambiental.

Os bens culturais, além de serem referências, são materiais de memória, fazem parte de uma consciência mítica de um dado povo. Como tratamos anteriormente, a identidade do indivíduo e do coletivo está enraizada na sua cultura, que, por sua vez, se fundamenta pelo encontro entre culturas.

Nesse contexto, qual seria o papel da educação ambiental no desenvolvimento de uma cultura ecológica?

À Educação Ambiental cabe discutir a diversidade, porque a diversidade cultural deve ser debatida e contextualizada em seu tempo histórico, não devendo ser concebida de maneira estática. Ela abre o caminho para a reflexão sobre a importância de práticas sociais transformadoras dentro e fora da escola, uma vez que pode compreender práticas formais e informais de aprendizado. Em nossa sociedade, os bens culturais muitas vezes não são reconhecidos dentro de seu próprio local de origem porque não há veículo social que os divulgue, ou melhor, que os propague e preserve.

Como já afirmamos, a Educação Ambiental se abre como uma alternativa de planejamento e execução de práticas sociais transformadoras e pode ser um canal de ligação entre o saber popular e o saber erudito no desenvolvimento de sociedades mais sustentáveis. Busca-se com isso alcançar um modelo de desenvolvimento que harmonize os objetivos sociais, ambientais e econômicos de um país sem que, para tanto, haja a desapropriação da cultura local.

O ideário sobre o ensino da cultura dentro do contexto da EA contempla as diferenças de raça, etnia, religião e lança um olhar mais sistemático sobre as culturas das minorias. No Brasil, os conteúdos curriculares já garantem a presença das culturas afro-brasileiras e indígena em diferentes as áreas do conhecimento (conforme artigo 26-A da Lei 9.394/96).

Além disso, as manifestações culturais se relacionam com várias áreas de ensino, de forma que os diferentes saberes se confrontam e articulam; resulta, com essa hibridização, o conhecimento transdisciplinar, que nos oferece uma nova visão da natureza e da realidade. No entanto, a qualidade da Educação Ambiental ainda é um desafio que precisa ser enfrentado no país. Apesar de alguns exemplos de projetos de preservação da cultura imaterial, o tema precisa receber maior destaque dentro da sociedade.

Um dos modos de se incentivar a pesquisa sobre a cultura imaterial no ensino formal é trabalhar as manifestações culturais típicas de cada região. Com isso, se incentiva também a valorizar os saberes populares locais, assim como a incluir a família na pesquisa. Deve-se, contudo, atentar para o seguinte: o saber popular não pode ser transmitido como um conhecimento estático, pois o folclore é vivo e está em constante transformação. Ainda, a amplitude da cultura popular remete não só a lendas e cantigas, a riqueza das manifestações populares inclui danças, brincadeiras, artesanato, receitas e ofícios tradicionais.

É necessário levar a diversidade dos saberes populares para dentro da sala de aula e muitas são as possibilidades. O reconhecimento da diversidade como parte de um todo

complexo é um compromisso que a nova racionalidade impõe aos educadores. Por sua natureza integradora, a educação ambiental, através de um trabalho cuidadoso e interdisciplinar, pode articular diferentes campos do saber, sem fazer uso de reducionismos - o que é uma forma de reconhecimento equitativo, respeitoso e sem discriminação das culturas populares.

## CONCLUSÃO

### Breve síntese

Observamos que a crise ambiental é uma crise que se apresenta com um limite no real: limite no crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Sobretudo, esta crise também diz respeito à crise do pensamento ocidental e deste sobre o conhecimento do mundo. (LEFF, 2006).

A preocupação em se estruturar uma nova concepção de mundo deve começar por mudanças no pensar e no agir, bem como em esforços para apreender uma nova racionalidade, na qual os valores éticos e políticos sejam harmônicos aos processos cíclicos da natureza. Para tanto, uma transformação cultural ampla requer uma radical mudança de paradigma, no qual a concepção do homem e da natureza não sejam mais opostas - sujeito *versus* objeto- como no paradigma cartesiano.

Somos levados a perceber que, quanto mais estudarmos os principais problemas de nossa época, menos eles podem ser entendidos isoladamente. Os problemas são sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Da mesma forma, devem ser vistos como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Essa crise vem a nos mostrar que nossa visão do mundo está obsoleta, que nossa percepção da realidade não está pronta para lidar com uma população cada vez mais crescente, violenta e consumista.

O modo de produção capitalista deixou marcas sociais irreparáveis, principalmente nos países do chamado Terceiro Mundo. Seus efeitos nas culturas populares podem ser percebidos justamente pela fragilidade de sua existência e permanência.

O resgate de tradições, sua manutenção e preservação fazem parte da visão holística e sistêmica da cultura. Segundo ela, nada existe de maneira independente, mas sim como uma complexa teia de interrelações entre várias partes de um todo unificado. Uma vez que o equilíbrio é rompido, as penalidades são severas.

## **Quanto à metodologia**

Para a discussão estabelecida nesta monografia tivemos de delinear um caminho sinuoso através de pensadores não só da questão ambiental, como também de ramos filosóficos, como Edgar Morin e Félix Guattari. Esses ilustres nos ajudaram a compreender o quão a visão da história deve ser mais complexa e menos reducionista, assim como pode levar-nos a aceitar a incerteza de nosso tempo.

Foi através do diálogo de saberes, diga-se diálogo interdisciplinar, que pudemos travar este empreendimento. Edgar Morin enfatiza a necessidade do pensamento complexo e da interdisciplinaridade no advento da reforma do pensamento. A mesma reforma ganha o nome de “saber ambiental”, nos escritos de Enrique Leff, que, por sua vez, fala de “ressignificação das identidades étnicas”, assim como Félix Guattari trata de “ressingularização do indivíduo e do coletivo”.

## **Quanto aos objetivos**

A pesquisa apresentada teve como uma das finalidades refletir sobre o que é cultura, priorizando a visão do desenvolvimento sustentável, assim como ponderar sobre os direitos culturais das sociedades tradicionais em face à crise civilizacional que se apresenta. Um dos caminhos possíveis para minimizar a crise do homem com seu entorno socioambiental pode ser a via da Educação ambiental, que tem o potencial para aumentar a tomada de decisões nos cidadãos, de modo a aumentar a capacidade de comprometimento na preservação das diversidades étnicas e culturais do país. Assim, emerge uma nova visão, na qual os valores culturais das sociedades tradicionais, como a diversidade da cultura imaterial, são concebidos como um patrimônio a ser salvaguardado.

Ainda, importou-nos analisar a partir das constatações dos capítulos anteriores como as manifestações culturais do homem foram se modificando na medida em que este também modificou sua forma de perceber a e agir na Natureza. Por isso, neste pequeno estudo, fizemos apenas alusão aos diferentes aspectos que os processos culturais assumiriam no seio da racionalidade ambiental. Uma tentativa de assegurar e estabelecer definitivamente um

conceito fechado de “cultura” seria demasiado errôneo, e cairíamos no erro de compartimentalização teórica, que declaramo-nos convencidos a criticar.

As mudanças culturais que se apresentam no momento colocam a necessidade do diálogo de saberes, que consiste na articulação entre diferentes ciências e disciplinas assim como na necessidade do pensamento complexo na construção de um novo paradigma ambiental. Isso implica, também, na relação entre o homem e a natureza, uma vez que nos convida a mudar o ângulo de visão e colocar à frente a dimensão política que perpassa o campo ambiental.

Quanto aos objetivos propostos, pudemos concluir que:

- A necessidade de se preservar e valorizar os saberes tradicionais, principalmente os bens culturais de natureza imaterial, é uma forma de resistência à homogeneização da cultura, que vem ocorrendo nos últimos anos, em decorrência da crise ambiental.

- A partir da construção de uma nova racionalidade, orientada para a transformação do conhecimento, será possível fazer a transição na qual o uso sustentável do meio aliado ao reconhecimento dos valores culturais das populações (dos países do Terceiro Mundo, ou de sociedades tradicionais) funda uma cultura ecológica, que dá novo significado à natureza e conhecimento, radicalmente diferente do modo como a viemos tratando.

- A importância de preservar a riqueza da humanidade, que inclui toda forma de expressão cultural, seja ela material ou imaterial, erudita ou popular, nacional ou local levamos à compreensão da unidade e da diversidade, visto estarmos num processo de mundialização do conhecimento;

- O homem tem o direito à cultura, não uma cultura homogeneizante, mas apropriada ao local, com suas particularidades e especificidades mantidas. A preservação dos saberes populares é uma forma de resistência ao padrão cultural imposto pela racionalidade instrumental. Por isso, cada projeto de recuperação de um saber ancestral está contribuindo para a ressingularização da identidade cultural de um dado lugar, e está afirmando a memória social de uma comunidade.

- As manifestações que integram os saberes populares podem ser exploradas em sala de aula de várias maneiras, já que o conteúdo é multidisciplinar. Quando se trabalha a cultura popular, a Educação ambiental pode ser o veículo perfeito, já que aborda temas amplos e variados, sempre levando em conta a diversidade cultural como uma das condições para a construção de um futuro sustentável.

Em face de tudo o que já foi exposto, tivemos por fim colaborar com mais um passo na pesquisa em educação ambiental, no que toca à reflexão sobre o lugar da cultura na

transformação da sociedade, pois vivemos um momento de mudança global, que reconhece todos os problemas ambientais como gerados pela articulação de processos de diferentes ordens, aos quais ainda não conseguimos medir a complexidade e a extensão.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A salvaguarda do patrimônio histórico imaterial.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11343&sigla=Documento&retorno=paginaDocumento>>, Acesso em 23 nov. 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9394**, de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.gov.mec.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lei9394.pdf>>, acesso em 02 jan. 2013.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida.** Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização ecológica.** A educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: EDUSC, 2002.

GUATTARI, Félix. **Las três ecologías.** Valencia: Pre-Textos, 1996.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFF, Enrique. Ética ambiental e direitos culturais, **Saber Ambiental.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Pensar a complexidade ambiental, **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. La cultura como mediación entre los procesos económicos y los procesos ecológicos, **Ecología y Capital.** Racionalidad Ambiental, Democracia Participativa y desarrollo sustentable. Ciudad del Mexico: Siglo XXI, 1998.

\_\_\_\_\_. Cultura ecológica e racionalidade ambiental, **Ecologia, Capital e Cultura.** A territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural dois.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

UNESCO. Disponível em: <[www.unesco.gov.br](http://www.unesco.gov.br)>, acesso em 20 set. 2012.